

Jornal da Tarde

31/05/1998

APOSENTADORIAS

MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA VEM POR LEI COMPLEMENTAR

Nova proposta atuará "nos limites do Congresso"

MARIA INÊS NASSIF

Agência: AE

A guerra do governo para manter a idade mínima para aposentadoria no texto da reforma da Previdência foi política. Se o governo bancar a segunda etapa da reforma, o item não terá nenhuma importância para o equilíbrio do sistema.

Segundo o economista Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) — que está preparando a parte previdenciária da reforma de André Lara Resende —, o segundo tempo de mudanças será feito em legislação complementar. “Já perdemos muito tempo e o resultado da reforma foi constitucionalizar ainda mais a Previdência; agora temos de trabalhar dentro dos limites impostos pelo Congresso.”

Na questão fundamental do cálculo atuarial, a lógica do projeto é que cada um escolherá quanto vai receber do sistema público de Previdência (entre um piso a ser definido até o teto de R\$ 1.200) e quanto tempo vai trabalhar — e pagará uma contribuição mensal que, acumulada até o fim do período, seja capaz de fazer frente à aposentadoria desejada. A incorporação do chamado cálculo atuarial visa o equilíbrio futuro do sistema.

Hoje o segurado do INSS pode receber até um teto de R\$ 1.081,50 — valor definido pela média das últimas 36 contribuições —, desde que cumpra 35 anos de trabalho (homem) ou 30 (mulher) ou tenha no mínimo 65 ou 60 anos, respectivamente. Para o trabalhador rural, a idade mínima é reduzida para 60 anos (homem) e 55 (mulher). O que parece uma desvantagem para o empregado do setor privado no novo modelo, pode significar tecnicamente uma garantia que o sistema de hoje não proporciona ao segurado, que é a de pagar a ele o que foi prometido.

No novo sistema, o segurado pode ainda optar por um fundo privado, que administre uma parcela de sua aposentadoria. Também aí caberá ao empregado decidir quanto tempo contribuir, para começar a sacar os rendimentos de seu fundo. Para o funcionalismo público, prevalecerá a mesma lógica: cada um escolherá quanto vai receber no fim de sua vida produtiva e quanto tempo trabalhará. Pagará por isso. Hoje, independentemente do total das contribuições recolhidas ao longo do tempo que trabalhou no serviço público, o servidor tem o direito de receber como aposentadoria o correspondente ao salário do último cargo ocupado na atividade. O benefício pode ser requerido integralmente após 35 anos de serviço (homem) ou 30 (mulher); ou 65 anos de idade (homem) ou 60 (mulher).

O direito assegurado, sem a obrigação do pagamento de uma contribuição atuarial para a aposentadoria dos inativos, resulta no maior rombo amargado pelos governos com a Previdência e no grande problema fiscal da atualidade. Segundo Francisco de Oliveira — o maior especialista do País em Previdência —, o projeto de novo sistema incorpora o princípio da transparência das contribuições. A idéia é deixar claro para o empregado quanto ele está contribuindo e quanto receberá ao fim de sua vida produtiva.

(Página 6A BRASIL)